

REQUERIMENTO Número / (.ª)

PERGUNTA Número / (.ª)

Expeça - se

Publique - se

O Secretário da Mesa

Assunto:

Destinatário:

Exmo. Senhor Presidente da Assembleia da República

A função dos faroleiros não se esgota no “cuidar” dos faróis, baseia-se em possibilitar um apoio mais preciso, e por isso, mais seguro à navegação, a manutenção da rede de vigilância “Costa Segura” instalada nos faróis e que é assegurada por uma subcategoria que corresponde ao “Faroleiro-Técnico”, profissionais especializados que garantem a manutenção de equipamentos de grande complexidade e que constituem importantes apoios à navegação.

Em declarações públicas, o Diretor de Faróis, Pedro Miranda de Castro, realçou a insuficiência do número de faroleiros nos Açores e de um impasse criado pelo Ministério das Finanças na abertura de um novo curso de formação de faroleiros.

Aliás, estas preocupações também têm vindo a ser amplamente denunciadas por parte da Associação Sócio-Profissional dos Faroleiros (ASPFA) e pode ler-se num comunicado recente que: “cada vez se torna mais difícil o desempenho da nossa profissão, especialmente para os nossos camaradas da Região Autónoma dos Açores que são os que mais estão a sofrer com esta falta de pessoal; eles, e o subgrupo de pessoal Faroleiro-Técnico estão infelizmente na linha da frente deste triste problema.”

Atualmente, nos Açores encontram-se em funções 27 faroleiros para 16 faróis, quando seriam necessários, pelo menos, 34 faroleiros. Está em causa o reforço de, no mínimo, 7 faroleiros, uma vez que vários profissionais se vão reformando e outros pedem mobilidade para outros serviços.

No entanto, e apesar de uma urgência já identificada, existe um impasse criado pelo Ministério Finanças. Este impasse prende-se com a ausência de resposta por parte do Ministério das Finanças já que a abertura de um novo curso está apenas dependente de um despacho daquele Ministério. O Diretor de Faróis lembrou que se o curso não for aberto até ao final do ano, perde-se a respetiva certificação.

É inaceitável que as condições laborais destes trabalhadores e trabalhadoras se venham

degradando. Não só é urgente um reforço do quadro de pessoal - que tem sido negligenciado -, como também a valorização profissional dos faroleiros. A missão que lhes é atribuída é de grande importância e é de elementar justiça que lhes sejam asseguradas condições de trabalho adequadas às suas funções e correspondam a uma efetiva valorização profissional.

Como refere a ASPFA, os faroleiros “necessitam urgentemente de saber o que o Estado quer para o futuro da profissão de faroleiro, pois, enquanto se reflete longamente sobre este tema, sem nunca encontrar uma solução satisfatória, os nossos colegas faroleiros vão-se aposentando, ou migrando em mobilidade para outro serviço do Estado. Precisamos de pessoas e de legislação adequada que nos enquadre bem, aquando do ativo e que não nos penalize na aposentação.”.

O Governo tem responsabilidade direta sobre esta matéria e importa à tutela assegurar por todas as vias para o seu exercício que o número de faroleiros nos Açores é reforçado e que a estes profissionais são garantidas condições laborais adequadas ao exercício das importantes funções que desempenham.

Atendendo ao exposto, e ao abrigo das disposições constitucionais e regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda vem por este meio dirigir ao Governo, através do Ministério da Defesa Nacional, as seguintes perguntas:

1. Tem o Governo conhecimento desta situação?
2. Que diligências adotou ou pretende adotar o Governo para assegurar um reforço efetivo do número de faroleiros nos Açores?
3. Que medidas adotou o Governo, junto do Ministério das Finanças, para que seja emitido, com urgência, o despacho para abertura de novo curso de formação de faroleiras, tendo em consideração que a respetiva certificação termina no final do corrente ano? Quantas vagas terá este novo curso e qual a sua duração?
4. Que medidas estão a ser implementadas, no que diz respeito à revisão da situação profissional dos faroleiros, no sentido de ser assegurada a sua valorização?

Palácio de São Bento, 9 de maio de 2023

Deputado(a)s

JOANA MORTÁGUA(BE)